



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0019201-46.2011.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Valderci Cardili**
 Requerido: **Edilson dos Santos São Carlos**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 08/novembro/2013, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de São Carlos.
Nº de Ordem:2006/11

VISTOS

VALDERCI CARDILI ajuizou a presente ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER** em face de **EDILSON DOS SANTOS SÃO CARLOS**, todos devidamente qualificados.

Consta, em síntese, da inicial que o autor vendeu para a requerida o veículo descrito a fls. 03 em 09/06/2009; na ocasião a compradora assumiu compromisso de providenciar a transferência do inanimado para seu nome (dela ré), o que não concretizou até o momento; aludida inércia tem trazido dissabores ao autor, dentre os quais o lançamento de multas no seu prontuário que culminaram na suspensão de seu direito de dirigir. Finalizou pedindo que o requerido seja compelido a transferir o bem, a pedir ao DETRAN a transferência dos pontos da autuação e condenado ao pagamento dos débitos lançados sobre o bem a partir da venda, além de indenização por danos morais.

A inicial veio instruída com documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação às



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

fls. 36 e ss, alegando, em síntese, que em 12/06/2009 vendeu o veículo adquirido do autor a Antônio Joaquim Lombardi e, por tal, motivo, não deve ser responsabilizada. Denunciou à lide o atual proprietário. Impugnou a existência de danos morais e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 53/56.

A denunciação da lide foi afastada a fls. 57.

As partes foram instadas a produzir provas. O autor requereu o julgamento antecipado da lide e a requerida não se manifestou.

Em resposta ao despacho de fls. 62 o autor peticionou às fls. 63/64, juntando documentos às fls. 65/70.

É o relatório.

DECIDO.

Restou devidamente comprovado nos autos que o veículo VW Gol CL, 1990, placa BOE 3238, que inicialmente era de propriedade do autor, foi parar “nas mãos” de ANTONIO JOAQUIM LOMBARDI após ter sido formalmente vendido para Edilson dos Santos São Carlos; é o que se depreende da documentação de fls. 45/48; além da expressa confissão consignada na defesa.

Na aludida peça a requerida, apenas argumentou ter cumprido o que dispunha a Portaria Detran n. 1606/05 vigente na ocasião.

Aludido ato não se encontrava em consonância com o art.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

123, I, parágrafo 1º do CTB e por tal razão foi revogada pela Portaria Detran nº 736/10 que entrou em vigor em 16/03/2010.

Mesmo que na época da transação, o comerciante/"garagista" de veículos não tivesse mesmo obrigação de providenciar a transferência da titularidade dos veículos negociados para seu nome, **tinha, concretizada a venda a terceiro e dever de comunicar ao CIRETRAN a venda nos moldes do art. 134 CTB, in verbis:**

No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação

Nos autos não há prova de que a ré concretizou tal comunicação, e assim, deve ser responsabilizada pelos prejuízos trazidos ao autor, até que a situação seja regularizada.

Até o momento o aludido inanimado "circula" na posse de terceiro em nome do autor situação evidentemente irregular e que vem trazendo a ele claros inconvenientes (já teve inclusive suspenso seu direito de conduzir veículos).

O consumidor confiou na ré, pessoa jurídica especializada na compra e venda de veículos, entregando a ela a documentação pertinente, devidamente preenchida e regularizada e não obstante **foi surpreendido com a comunicação de multas e pendências tributárias posteriores ao negócio.**

Assim, a requerida deve ser compelida a cumprir o disposto no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

parágrafo 1º do art. 123 da Lei 9.503/97 (CTB), ou seja, transferir o bem para seu nome ou para o nome do novo adquirente, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) até o valor de R\$ 10.000,00, em trinta (30) dias.

Tendo ocorrido a tradição é da adquirente/requerida ainda a obrigação de pagar os tributos lançados sobre o bem, e as multas por infração de trânsito praticadas na sequência da venda; tanto os já registrados como aqueles eventualmente registrados até a regularização da situação.

A requerida pagará ainda danos morais ao autor pelos dissabores que a ele carregou e que estão tipificados “in re ipsa”; com base no critério prudencial, fixo tal verba em R\$ 3.000,00 (cf. Apelação 0035031-09, 2011.8.26.0451, 33ª Câmara de Direito Privado do TJSP). .

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Assim, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de determinar que a requerida, **EDILSON DOS SANTOS SÃO CARLOS**, providencie a transferência do veículo para seu nome ou para o nome do terceiro adquirente, Antônio Joaquim Lombardi, em 30 dias, a contar da intimação que lhe será endereçada, após o trânsito desta decisão, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 até o limite de R\$ 10.000,00.

Conforme acima alinhavado, a título de danos morais, fica a requerida condenada a pagar ao autor, o montante de R\$ 3.000,00.

Reconheço, outrossim, que a transação ocorreu de fato em 09/06/2009; assim, são de responsabilidade da ré os valores de IPVA e multas (especificadas em R\$ 680,96 – cf. fls. 31), lançados sobre o inanimado a partir



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

de então.

A questão da pontuação lançada sobre a CNH do autor deverá ser discutida entre ele e o órgão de trânsito em ação própria.

Caso o prazo definido passe "*in albis*" sem a referida transferência, esta sentença - sem prejuízo da multa - servirá como título para que o órgão de trânsito realize as devidas alterações em seu "sistema", constando como dono do inanimado, o requerido, EDILSON DOS SANTOS SÃO CARLOS.

Sucumbente arcará a requerida com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo, por equidade, em R\$ 678,00.

P. R. I.

São Carlos, 05 de dezembro de 2013.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito